

Celso Ming celso.ming@estadao.com O Zé Trovão do setor aéreo

presidente da Azul Linhas Aéreas, John Rodgerson, se transformou agora no Zé Trovão da aviação civil.

O então caminhoneiro Zé Trovão - hoje deputado federal graças a suas trovoadas - se notabilizou no governo Bolsonaro por reivindicar pesados subsídios ao óleo diesel.

Rodgerson quer que o governo oua Petrobras pague boa parte da conta do combustível dos aviões, o querosene de aviação, conhecido pela sigla QAV.

Por inúmeras razões é um pleito que não faz sentido. Conforme lembra o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, os precos do QAV recuaram 19,6% em 2023 e 10% em 2024. Se é verda-

de que a maior parte dos custos operacionais das aéreas corresponde às despesas com o QAV, não há proporção entre essa queda de preços e as tarifas aéreas.

Noacumulado de 2023 até no vembro, os preços das passagens caíram apenas 10% na comparação anualizada. O forte reajuste tarifário não está acontecendo porque as empresas de aviação enfrentam grande capacidade ociosa. Há meses, a maioria dos voos sai lotada dos aeroportos, Em 2023, o País registrou 112,6 milhões de passageiros, segundo dados da Anac, o melhor resultado desde 2020.

Se o governo concordasse com as pressões do novo Zé Trovão, teria que estender esses subsídios não apenas às três grandes

SETOR AÉREO PREÇO REAL MÉDIO DAS PASSAGENS AÉREAS DOMÉSTICAS NO BRASIL* EM REAIS 702.70 ro (de controle chileno). Se atendesse a esse lobby,

FONTE: ANAC/INFOGRÁFICO: ESTADÃO

que operam a maioria dos voos do Brasil (Latam, Gol e Azul) mas, também, às 68 companhias

aéreas estrangeiras que operam os serviços de transporte aéreo regular para o Brasil ou do Brasil, mais para as que fazem conexão paraoutros destinos, e se reabastecem por aqui, como Air Fran-ce, KLM, Swiss, TAP e Emirates. Sem falar que a Latam também é companhia de capital estrangei-

também teria de subsidiar o combustível para os jatinhos das empresas, para os táxis aéreos, para as aeronaves menores e para as frotas de helicópteros.

As companhias aéreas do Brasil têm um longo histórico de quebras e de administrações desastradas. Foi o caso da Panair do Brasil, da Real, da Cruzeiro do Sul, da Vasp, Varig, Transbrasil e Itapemirim.

A Latam acaba de sair da re-cuperação judicial interposta nos Estados Unidos em 2020. A Golvaitomando a mesma rota, também nos Estados Unidos. O setor vive dependurado em dívidas por empréstimos especiais de organismos oficiais, arrancados pelo seu jogo de pressões, e agora apregoa um mayday generalizado, a senha convencionada para anun-

ciar grave perigo a bordo. A reunião entre governo, empresários e a Petrobras, cuja pauta era definir ajudas ao setor-sejaláo que isso possa significar-, foi adiada a pedido do Ministério da Fazenda.

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Contas públicas Concentração

Quase metade dos débitos judiciais vem de processos envolvendo a Previdência

Após mapeamento da origem das dívidas judiciais, governo quer esmiuçar os benefícios com maior nível de judicialização

BIANCA LIMA ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O Ministério do Planejamento e Orçamento detectou, num primeiro levantamento, que quase metade das dívidas judiciais da União tem origem na Previdência.

Dos R\$ 58,7 bilhões pagos pelo Tesouro em 2022 (último dado fechado com recorte setorial) em precatórios e Requisições de Pequeno Valor (as chamadas RPVs, que englobam sentenças de até 60 salários mínimos), R\$ 28 bilhões se referiram a ações envolvendo a Previdência Social, sendo R\$ 22 bilhões urbana e R\$ 6 bilhões rural.

Na sequência, aparecem na lista as dívidas referentes ao custeio e capital, com R\$ 17 bilhões, seguidas por pessoal e encargos (R\$ 11 bilhões) e Benefício de Prestação Continuada (R\$ 2 bilhões).

Os dados serão encaminhados ao Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais, presidido pelo ministro da AGU,

Jorge Messias, e integrado pelos ministros do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Fazenda, Fernando Haddad.

A ação também contará com órgãos vinculados, como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral da União (PGU). "A gente está querendo fundir a inteligência jurídica com a in-teligência econômica", diz o secretário executivo do Planejamento, Gustavo Guimarães. O próximo passo será es-

"Estamos beneficiando a maior parte da população, que deveria ter recebido o pagamento. Ainda mais se atuarmos para que o débito não vire precatório e a pessoa receba"

Gustavo Guimarães Ministério do Planejamento

miuçar os benefícios que concentram o maior nível de judicialização dentro desses grandes grupos identificados pelo Planejamento - tarefa para a qual a AGU poderá usar a inte-ligência artificial.

Com essas informações mapeadas, o conselho vai avaliar se é o caso de alterar algum normativo que tem gerado derrotas seguidas ao governo ou, então, propor ao Congresso a alteração de legislações que têm dividido o Judiciário e gerado prejuízo aos cofres públicos.

'PIOR DOS MUNDOS'. Guimarães classifica o cenário atual como "o pior dos mundos". De um lado, diz ele, o contribuinte deixa de receber o benefício no momento certo; de outro, após a sentença judicial, o governo tem um gasto muito maior, pois tem de pagar o valor corrigido proveniente de decisões que muitas vezes se arrastam por anos. Dados do Planejamento, refe-

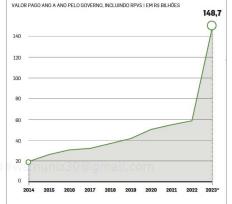
rentes a 2022, apontam que, para fins comparativos, os pagamentos de precatórios já são equivalentes a 3,3% da despesa primária total da União, e a 38,6% da despesa discricionária (aquela que não é obrigatória e engloba investimentos e custeio da máquina pública). Em 2014, esses porcentuais eram, respectivamente, de 1,9% e 13,3% – o que evidencia o forte crescimento dessas despesas.

Já pela ótica dos beneficiários, os números mostram que 99,8% dos precatórios têm valor de até R\$ 10 milhões. Em valores, essa faixa representa 54,75% do total. "Isso ratifica a ideia de que estamos beneficiando a maior parte da população, que deveria ter recebido o pagamento. Ainda mais se atuarmos para que isso não vire precatório e a pessoa receba no âmbito da política pública", diz Guimarães.

RAIO X

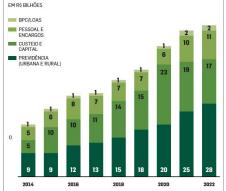
Governo avalia novas regras para quitar dívidas judiciais antes que débitos se tornem uma bola de neve

Evolução dos precatórios



Precatórios por categoria

Quase metade dos precatórios e RPVs têm origem previdenciária



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, COM DADOS DO TESOURO NACIO INFOGRÁFICO: EST